



# XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

---

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

---

ESPAÇO E CRIMINALIDADE EM FAVELAS DE BELO HORIZONTE

**Vera Cristina de Sousa Lima** (NPGAU/UFMG) - veraclima@gmail.com

*Arquiteta, mestre em arquitetura e urbanismo, arquiteta da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL)*

Este trabalho visa discutir as relações entre a criminalidade e a configuração socioespacial de favelas de Belo Horizonte, considerando a condição interna dos assentamentos e suas condições de inserção no meio urbano. Normalmente segregadas em relação ao entorno, porém ricas em relação à apropriação dos espaços e às relações sociais internas, as favelas apresentam uma configuração socioespacial que parece funcionar de maneira ambígua em relação aos diversos tipos de crime. O espaço das favelas, com suas diversas formas de apropriação, favorece a *vigilância natural* exercida pelos próprios moradores, porém é bastante desfavorável à presença de estranhos, visto que pouco acessível e de difícil compreensão. Se por um lado parece inibir certos tipos de crimes, como os furtos e assaltos, por outro parece propiciar a emergência de territorialidades e a reversão de atributos propícios ao controle social a favor de grupos criminosos, como os ligados ao tráfico de drogas.

## **Introdução**

Nas duas últimas décadas, Belo Horizonte passou por um processo de agravamento da violência, com um grande crescimento nas taxas de homicídio<sup>1</sup>, repetindo o que já havia ocorrido no Rio de Janeiro e São Paulo a partir de meados dos anos 1980.

Com uma distribuição espacial e temporal heterogênea dos crimes, em Belo Horizonte, assim como em outros centros urbanos, os crimes contra o patrimônio se concentram nas áreas mais centrais e de mais alta renda, e os crimes contra a pessoa, notadamente os homicídios, nas áreas homoganeamente pobres (BEATO, 2004). Apesar de as favelas de Belo Horizonte *não* serem apontadas de uma maneira geral como locais violentos, os homicídios se concentram em algumas vilas e favelas da cidade, de onde se originam vítimas e agressores (BEATO, 2004), havendo evidências também de que grande parte desses crimes são associados ao tráfico de drogas (BEATO et al., 2008).

Este trabalho pretende discutir as relações entre a criminalidade e a configuração socioespacial das favelas, considerando sua configuração socioespacial interna e sua condição de inserção no meio urbano. Após uma discussão teórica acerca das relações entre segregação socioespacial e violência e das relações entre configuração socioespacial e criminalidade, o trabalho foca as favelas de Belo Horizonte e apresenta os resultados de um estudo empírico realizado em uma delas, a Vila Santa Rosa.

## **Segregação socioespacial e violência**

Os grandes centros urbanos brasileiros vêm passando, nas últimas três décadas, por um processo de reestruturação espacial, no qual contribuem para uma maior tensão fatores como os novos padrões de segregação socioespacial, o aumento da criminalidade violenta e a exarcebação dos preconceitos quanto às favelas e seus moradores.

A segregação socioespacial nos grandes centros urbanos contemporâneos tem sido objeto de inúmeros trabalhos, no Brasil e no exterior, que discutem suas características, seus mecanismos, suas causas e conseqüências.

Alguns autores, como Davis (1993), Soja (2000) e Caldeira (2003), abordam os processos de reestruturação do espaço urbano decorrentes da combinação de fatores como a desenfreada sensação de medo, a obsessão com a segurança, o desejo de isolamento

social e a manutenção dos privilégios pelas classes mais altas. O ambiente urbano resultante é caracterizado pelo abandono da vida pública e pela intensificação do isolamento social, que se refletem na paisagem urbana marcada por ilhas urbanas vigiadas e/ou fortificadas, por uma arquitetura internalizada e de grande escala, e por um endurecimento geral da superfície da cidade, com cercamento de espaços públicos e redução das amenidades públicas através do *design* e dos usos dados aos espaços. Segundo Caldeira, esse novo padrão de segregação socioespacial, que a autora denomina *enclaves fortificados*, é caracterizado por um meio urbano que reforça e valoriza desigualdades e separações, a negação e a ruptura com o resto da cidade e com o espaço público acessível, ameaçando os princípios de acessibilidade e livre circulação, em uma elaboração simbólica que transforma a clausura, o isolamento e a vigilância em *status*.

As características desse novo padrão de segregação vão ao encontro das diferentes lógicas e estratégias de produção e reprodução de espaços socialmente segregados discutidos por Hillier e Hanson (1984). Segundo os autores, o sistema baseado na segregação socioespacial precisa, para se reproduzir, de restrições a encontros e de regras e limites espaciais muito fortes, tendendo à exclusividade e, no longo prazo, ao fortalecimento do grupo local em detrimento do sistema global. Já no sistema integrado, diferentemente, a manutenção da diversidade depende da *não* exclusividade, as regras e limites precisam ser mais fracos, com uma abertura nas relações entre *habitantes* e entre *habitantes* e *estranhos*<sup>2</sup>, tendendo, assim, a reforçar tanto o sistema global quanto o grupo local.

Jacobs (2000) fala da importância da sobreposição e interpenetração das “vizinhanças” e também da necessidade de possuírem particularidades para que sejam atraentes para pessoas de fora, de modo a formar um contínuo físico, social e econômico, que não só as estimule financeiramente, mas que também possibilite que as diversas pessoas e grupos a conheçam a ponto de se identificarem com elas.

Nessas discussões acerca da integração socioespacial, os espaços públicos - com suas qualidades, sua articulação e sua relação com os espaços privados - têm importância fundamental para a sociabilidade das pessoas, particularmente as de grupos sociais diferentes. Considerando as necessidades básicas de comunicação e de privacidade de indivíduos e grupos, parece fundamental que a organização espacial ofereça possibilidades para o encontro e para o recolhimento, para a comunicação e para a privacidade.

Decorrentes de outros processos, no caso de exclusão socioterritorial, os grandes centros urbanos brasileiros caracterizam-se também pelos enclaves de moradia das classes mais pobres, sendo que em Belo Horizonte eles correspondem principalmente às favelas e aos

conjuntos habitacionais. No caso das favelas, além dos preconceitos relativos aos seus moradores e ao tipo de assentamento, fruto de ocupação informal de porções de terra, contribui também para seu isolamento certos aspectos de sua paisagem e de sua configuração espacial. O traçado complexo e a escala reduzida de seus espaços públicos, em situações extremas, levam a uma ruptura nas linhas de movimento e a um espaço muito peculiar, de difícil leitura, que acaba por excluir espontaneamente os *estranhos*, favorecendo seu isolamento. No entanto, essas características resultam não da implantação deliberada visando à exclusão, mas da forma de produção do espaço, e, embora possam vir a ser defendidos e reforçados por grupos interessados na perpetuação dessas condições, como os ligados ao tráfico de drogas, conforme abordado por Fernandes (2006).

Embora as favelas sejam antigas, assim como o estigma associado a elas e a seus moradores, nas últimas décadas a sua situação de estigmatização se agravou, não só devido ao aumento das desigualdades em relação ao seu ambiente de inserção, seja pelos seus próprios processos de adensamento e de deterioração espacial, seja pela elitização das áreas onde se inserem, mas também devido à escalada da criminalidade violenta nas grandes cidades, inclusive no interior das favelas, neste caso fortemente associada ao tráfico de drogas. Esse aumento da violência urbana parece vir acompanhado de uma identificação da população pobre, particularmente das favelas, com a figura do bandido. Alba Zaluar (1994) fala da “guerra clandestina, mas nem por isso menos maniqueísta, sangrenta e cruel, que se vale dos mecanismos simbólicos já conhecidos da separação absoluta entre o bem e o mal” (p. 44) e de suas consequências para aqueles identificados com o mal, geralmente os moradores de áreas de baixa renda mencionadas frequentemente em manchetes de jornais. O preconceito contra grupos *marginalizados* e o poder dessas ideologias são fenômenos antigos e muitas favelas já foram removidas e seus moradores levados para periferias distantes a partir de construções preconceituosas semelhantes, nas quais as favelas eram representadas como locais de desorganização pessoal, familiar e comunitária, congestionamento e imundície.

A segregação socioespacial, no entanto, não é apenas uma resposta à insegurança a partir dessa visão preconceituosa. Ao reduzir o convívio entre diferentes, o novo padrão de segregação socioespacial - que combina a segregação proporcionada pelos *enclaves*, seja ela voluntária ou não, e o declínio da sociabilidade entre diferentes nos espaços públicos - reforça os estigmas e se retroalimenta dos preconceitos na medida em que diminui a capacidade de empatia e de confiança entre as classes, aumentando a percepção de insegurança e o desejo de isolamento social (KAZTMAN et al., 2007).

Estudos têm mostrado também como a homogeneização espacial da pobreza leva a um aprofundamento das desigualdades, principalmente em contextos urbanos onde as desigualdades e o isolamento social são exacerbados, onde se reduzem as possibilidades de contatos e encontros entre diferentes, e onde os pobres e seus locais de moradia são cada vez mais estigmatizados e associados ao crime. A falta de diversidade socioeconômica presente em enclaves marginalizados limita as possibilidades de ascensão social das famílias: o local de moradia, a despeito de outras variáveis socioeconômicas, influencia em fatores como o desemprego, a baixa instrução, a taxa de fecundidade, o perfil das famílias e a delinqüência. (CARDIA, 2004; KAZTMAN et al, 2007; ROLNIK, 2004). Segundo Zaluar (1994), o estigma de pertencer “ao antro de *vagabundos, malandros e bandidos*”, sejam eles trabalhadores ou não leva a problemas como injustiças e desrespeitos cometidos pela polícia e a dificuldades de inserção social, inclusive no mercado de trabalho, tem impactos profundos em suas vidas, constituindo-se inclusive em um dos fatores que levam muitos jovens ao ingresso na criminalidade.

Dessas discussões, pode-se extrair a situação de desalento vivenciada pelos grupos marginalizados, sendo que em relação à delinqüência e à violência parece pesar bastante o efeito socializador negativo decorrente dos estigmas associados ao local de moradia e da concentração espacial de problemas. Aos grupos mais privilegiados, acaba por ser negado também, ainda que indiretamente, o direito à cidade: temerosos dos espaços públicos e da diversidade característica das cidades, tornam-se prisioneiros de seus espaços privados que, no entanto, são incapazes de lhes garantir a segurança e mesmo o isolamento social.

### **Configuração socioespacial e criminalidade**

As discussões acerca das relações entre espaço e criminalidade enfocam, na maioria das vezes, a configuração dos espaços públicos e privados e a relação entre eles, considerando as diferentes possibilidades e limitações que essa configuração oferece à *vigilância natural* – que é aquela exercida, ainda que inconscientemente, pelas pessoas que usam o espaço em seus movimentos e atividades cotidianas – que por sua vez influenciaria nos padrões de criminalidade. Para que essa vigilância seja exercida, é fundamental a presença das pessoas no espaço, seja através do movimento ou da ocupação mais estática, sua capacidade de perceber o outro e também de interagir. Nessa perspectiva, a *percepção de segurança* é tão importante quanto a própria segurança, pois influi na intensidade do uso e da apropriação dos espaços e, assim, nas possibilidades de vigilância natural. A partir desse ponto em comum, as discussões apresentam convergências e divergências sobre a forma como essa vigilância ocorre, seus alcances e, principalmente, sobre os agentes envolvidos.

A discussão realizada por Jacobs (2000) é um marco na abordagem das relações entre espaço e segurança. Para Jacobs, a vida pública nas ruas é fundamental para a segurança e, por outro lado, as pessoas precisam sentir-se seguras para que a vida pública floresça nas ruas. Para a autora, a rua repleta de desconhecidos é uma característica inerente às metrópoles e para que a rua possa recebê-los, tirando inclusive partido de sua presença para oferecer segurança, ela precisa de três qualidades principais: uma nítida separação entre espaços públicos e espaços privados, para que fique claro quais as áreas precisam ser vigiadas; haver olhos para a rua, ou seja, observadores a partir das edificações lindeiras, com um pressuposto de apoio geral nos casos de adversidades, o que só se forma com o tempo e com os contatos públicos entre os vizinhos; e um trânsito ininterrupto de pessoas nas calçadas, o que, além de significar mais olhos, contribui para atrair mais pessoas para as ruas e a atenção dos que estão dentro das edificações. Para isso, é necessário um diálogo entre espaços públicos e privados, com edificações voltadas para a rua, e também que as ruas sejam sedutoras, com presença de estabelecimentos e lugares atrativos que dêem motivos concretos para que as pessoas a olhem e usem, além de uma combinação de usos que promova uma movimentação de diferentes pessoas em diferentes horários.

Newman (1996) aborda a influência da organização espacial na criminalidade, considerando basicamente o comportamento das pessoas no que se refere à sua capacidade de se apropriar das áreas coletivas de seus espaços de moradia e das ruas adjacentes e de zelar pela sua segurança e manutenção. Segundo o autor, um dos aspectos que mais interferem no medo e nas taxas de criminalidade é o caráter mais público ou privado de um local, considerando o número de pessoas que o utilizam. Suas pesquisas indicaram que nos espaços com um caráter mais privado, os moradores demonstraram maior capacidade de se identificar com eles e maior facilidade para chegar a acordos quanto aos comportamentos e usos considerados aceitáveis. Os espaços partilhados por muitos, diferentemente, se mostraram mais anônimos e não evocavam sentimentos de identidade, sendo mais difícil para os moradores sentirem-se responsáveis por eles, chegar a acordos sobre padrões de comportamento e usos aceitáveis, e também distinguir moradores de estranhos.

Hillier e Hanson (1984), que propõem a *sintaxe espacial* para a análise da configuração espacial dos assentamentos, enfocam as interfaces que os espaços públicos promovem entre os níveis local e global e as relações entre *habitantes* e entre *habitantes e estranhos*. A *integração espacial*, que é a principal análise proposta, considera as relações de profundidade entre os espaços públicos – tendo em vista a condição interna do assentamento e sua relação com o entorno -, e refere-se à sequência de espaços lineares conectados visualmente que são necessariamente atravessados para se ir de um ponto a

outro do espaço. Segundo Hillier e Hanson (1984), quanto maior a profundidade do sistema ou dos espaços em relação ao sistema, maior é a tendência de segregação de categorias sociais, tais como as categorias de *habitantes* e *estranhos*. Isso porque a maior ou menor integração de um espaço implica em um maior ou menor *movimento natural*, que é a proporção de movimento em cada linha, determinada mais pela estrutura da malha urbana do que pela presença de pontos de atração específicos (HILLIER, 1996). Já o *controle espacial*, que pode ser mais difuso ou centralizado, relaciona-se à existência ou não de caminhos alternativos entre os espaços; segundo Hillier e Hanson (1984), quanto mais espaços acessados por caminhos únicos, maior a tendência de controle unitário.

A evolução da *sintaxe espacial* levou a um maior foco no *movimento* e à idéia de *comunidade virtual*, entendida como “o padrão de co-presença realizada através da influência do desenho espacial no movimento e em outros aspectos relacionados ao uso do espaço.” (HILLIER, 1996, p. 187). Segundo Hillier - para quem os padrões de co-presença são padrões de encontros potenciais entre as pessoas -, diferentes estruturas promovem distintos padrões de co-presença de categorias de pessoas que usam o espaço para diferentes propósitos, assim como de expectativas em relação a eles. A partir dos resultados de suas pesquisas, ele argumenta que onde há lacunas no *movimento natural*, há uma tendência de emergência de *territorialidades*, nas quais os usuários, geralmente sem serem contestados, passam a controlar o espaço, havendo também uma correlação entre essas lacunas no movimento e os padrões de pequenos crimes e vandalismo.

A *prevenção do crime através do desenho ambiental*, ou CPTED, é um programa desenvolvido em vários países, com diferentes nomes, com o objetivo de reduzir certos tipos de crimes e de melhorar a sensação de segurança das pessoas e grupos, a partir de uma perspectiva baseada nas teorias da decisão racional, que estudam o processo de tomada de decisões de um potencial agressor (HEIN; RAU, 2003). Considerando a existência de três fatores contextuais favoráveis ao cometimento de um delito ou crime - um autor motivado, uma vítima ou alvo acessível, e um espaço urbano com características ambientais propícias à atividade delitiva e ausência de vigilantes capazes de interferir -, as estratégias visam à alteração de variáveis situacionais, buscando reduzir as oportunidades através do aumento do esforço e da percepção de risco pelo criminoso, reduzindo sua chance de ser recompensado. As estratégias voltadas para o ambiente seguro baseiam-se em quatro princípios - o reforço da *vigilância natural*, o *reforço territorial*, o *controle natural de acessos* e a *manutenção dos espaços públicos* – e visam aumentar a possibilidade de ver e ser visto, proporcionar certo controle do ambiente, reforçar a sensação de segurança, fomentar os

laços afetivos com os lugares, atrair usuários, possibilitar o reconhecimento de estranhos, além de comunicar que os espaços são bem cuidados.

As abordagens de Jacobs, Newman e Hillier diferem quanto à visão acerca do meio urbano e também em relação à própria *vigilância natural* no que se refere ao papel de *habitantes* e de *estranhos*. No caso do CPTED, é claramente um programa voltado para soluções locais, sem pretensões de discutir questões urbanas mais gerais e complexas, e que mescla aspectos das abordagens de Jacobs e Newman. Jacobs e Hillier defendem a vigilância natural a partir de uma visão que aceita e valoriza as características próprias da grande cidade, como a diversidade e o movimento. Partindo de concepções mais globais e dinâmicas, defendem um espaço urbano mais integrado, diverso e democrático, com territorialidades mais fluidas, nas quais *habitantes* e *estranhos* desempenham papéis complementares na inibição da criminalidade; além disso, a preocupação com a segurança visa não somente aos *habitantes*, mas também ao acolhimento dos *estranhos*. A abordagem não se restringe ao desenho local das ruas e/ou das edificações, e o espaço público é tratado não só como local de movimento e de interações sociais, mas como o responsável pela integração de todo o espaço urbano, em seus níveis local e global. Já Newman (1996) enfoca o desenho das edificações e sua relação imediata com o espaço público, tendo em vista principalmente as territorialidades que se criam nos espaços privados e públicos, sem demonstrar preocupação sobre como se dão as relações de vizinhança e sobre como esses espaços se integram na conformação do meio urbano. Na visão de Newman, a idéia não é integrar os *estranhos* ao meio, mas reforçar e restringir as territorialidades; a preocupação com a segurança visa exclusivamente aos *habitantes*, e isso se faz muitas vezes através da exclusão e da estigmatização dos *estranhos*.

Essa discussão acerca do meio urbano, das condições de integração ou segregação de seus diversos espaços, é fundamental no caso do estudo da segurança nas favelas, espaços segregados em decorrência não somente dos processos de exclusão territorial, mas também de sua própria configuração espacial. Nesses espaços, onde se tem a homogeneização espacial de grupos sociais de menor renda, não são necessários muros: as interrupções nas linhas de movimento, as mudanças bruscas de escala, a difícil legibilidade do espaço e a própria paisagem se encarregam de seu isolamento.

### **Favelas em Belo Horizonte: segregação, espaço e criminalidade**

Em Belo Horizonte, cidade marcada pela forte segregação socioespacial desde a sua fundação, vem sendo observada uma reestruturação do espaço urbano baseada nos novos

padrões de segregação socioespacial, com grandes alterações nos estilos de vida e na paisagem urbana. No entanto, o processo vivenciado por Belo Horizonte inclui simultaneamente dois padrões de segregação: o *centro-periferia* - que persiste na capital mineira, em um processo de elitização dos espaços que descende do centro para a periferia, conforme mostrado no estudo de Mendonça (2003) -, ao qual se sobrepõe o padrão de *enclaves fortificados*, que começou a se disseminar nas periferias metropolitanas na década de 1980. Por outro lado, Belo Horizonte é marcada também, desde o princípio, pela presença de favelas, enclaves resultantes dos processos de exclusão territorial.

As favelas em Belo Horizonte antecederam a inauguração da cidade, em 1897, e já se faziam presentes no período de sua construção: em 1895, já havia dois aglomerados de cafuas na zona urbana, fruto da falta de previsão de locais de moradia para os trabalhadores envolvidos na construção da cidade (GUIMARÃES, 1991). Nesse período iniciou-se também a preocupação com a segurança e com a manutenção da ordem no povoado, devido ao rápido crescimento da população e à heterogênea aglomeração humana no povoado (GUIMARÃES, 1991), já com associação de parte da “desordem” aos dois aglomerados de cafuas (BARRETO, 1996). A postura ambígua do governo, que as tolerava por conveniência, foi a solução encontrada para viabilizar a força de trabalho necessária à construção e funcionamento da nova capital. A dinâmica que se estabeleceu nessa relação entre governo e trabalhadores foi o contínuo processo de ocupação tolerada e a posterior expulsão dessas populações para locais mais distantes, à medida que o valor da terra aumentava com o crescimento e o desenvolvimento da cidade.

Somente a partir do final dos anos 1970, no contexto mais amplo da “abertura política”, é que essa dinâmica iria se alterar significativamente. O movimento organizado em prol dos interesses dos moradores de favelas ganhou força e culminou, em 1983, com a criação do Programa Municipal de Regularização de Favelas (PROFAVELA), que “significou o reconhecimento oficial e inequívoco dos direitos legais de propriedade dos favelados” (FERNANDES, 1998, p. 144).

Hoje, sem a ameaça de expulsão e com o investimento em sua urbanização, as favelas de Belo Horizonte estão muito mais consolidadas. As 174 vilas e favelas do município estão pulverizadas pelo território, muitas vezes com localização próxima ao centro ou a importantes eixos viários, ou em meio a bairros de alta renda. Embora ainda com muitos problemas, as casas normalmente são de alvenaria, os becos e ruas pavimentados, com iluminação pública e redes de infraestrutura sanitária, ainda que nem sempre oficiais.

No entanto, são grandes os velhos e novos problemas. De acordo com Beato et al. (2008), a maioria dos homicídios investigados em Belo Horizonte no período de 1995 a 1999 envolveu o uso ou a venda de drogas, sendo a disputa por pontos de tráfico responsável por muitas mortes, principalmente de jovens. Nos testes para detecção de conglomerados, dos 240 bairros e 85 favelas de Belo Horizonte, apenas dez apresentaram um risco maior de homicídios, sendo que quase a totalidade dessas áreas de risco corresponde a favelas. Segundo Beato e Peixoto (2005), as taxas de homicídios estão relacionadas a uma combinação de vulnerabilidade social e influência do tráfico de drogas, sobretudo nos locais onde há disputas entre gangues por pontos de venda de drogas, especialmente o crack.

Embora os moradores normalmente se esquivem dessas discussões, em muitas favelas são comuns os relatos sobre a violência decorrente das atividades dos traficantes e dos conflitos destes com a polícia, sobre o receio quanto ao envolvimento dos jovens com as drogas e com a criminalidade violenta, sobre a insegurança e sobre as privações de liberdade.

Embora haja muitas diferenças entre as favelas, e mesmo entre diferentes áreas de uma mesma favela, elas apresentam uma série de peculiaridades socioespaciais decorrentes de seu processo de formação e de evolução, e também da condição de vida de seus habitantes. Produzido de forma diferenciada em relação às áreas formalmente parceladas da cidade, e mesmo em relação àquelas parceladas irregularmente, mas nas quais há uma pré-definição das áreas públicas e da divisão de lotes, o espaço das favelas resulta das ações dos moradores que, movidos pela necessidade, invadem uma porção de terra, muitas vezes imprópria à ocupação, onde, ao longo do tempo, constroem, melhoram, ampliam e desmembram seu pedaço de terra e suas moradias em função da dinâmica familiar, simultaneamente aos processos de implantação e melhoria de infraestrutura.

À exceção de algumas áreas onde a invasão foi organizada coletivamente, com definição de espaços públicos e de "lotes", as favelas normalmente apresentam uma configuração espacial bastante orgânica, onde subjaz uma grande aleatoriedade na apropriação e ocupação do espaço, além de um processo mais livre de adaptação à morfologia do sítio. No entanto, diferentemente de outros tipos de assentamentos formados espontaneamente ao longo do tempo, nas favelas pesam os efeitos da grande pressão por locais para moradia em áreas normalmente sem espaço para expansão. Devido ao processo de adensamento contínuo a que estão sujeitas, as favelas costumam, com o passar do tempo, adquirir uma configuração bastante densa, na qual as edificações vão ocupando todas as áreas possíveis, encostando-se e sobrepondo-se umas às outras, avançando ou projetando-se sobre as áreas públicas, que se tornam cada vez mais exíguas.

A associação dessas características torna muitas vezes os espaços das favelas bem pouco acessíveis, sobretudo em relação a veículos, dificultando o cotidiano dos moradores e restringindo o seu acesso a serviços diversos, públicos e privados. No entanto, os becos e as ruas, espaços públicos geralmente predominantes nas favelas, costumam apresentar grande vitalidade e ricas apropriações, que não se limitam ao movimento, com intenso uso para o convívio social, para as brincadeiras e para a realização de atividades domésticas.

Várias dessas características das favelas, apesar do comprometimento a alguns aspectos das condições de vida dos moradores, tornam-nas bastante vantajosas em comparação a outras formas de habitação popular. Aspectos geralmente valorizados são a proximidade das relações de vizinhança, a localização muitas vezes privilegiada, a receptividade a diferentes estilos de vida, além da própria informalidade, que permite uma série de conveniências e liberdades, possibilitando a adequação da moradia à dinâmica familiar e também a criação de alternativas para geração de renda.

Em relação à segurança, a configuração espacial das favelas parece influir de algumas formas, seja positivamente, através de fatores como a vivacidade dos espaços públicos e o fomento aos encontros e ao convívio social, que favorecem o controle difuso do espaço e inibem crimes de oportunidade, seja negativamente, ao inibir a presença de membros de outros grupos sociais e ao favorecer a territorialização de áreas por grupos criminosos, como os ligados ao tráfico de drogas. Abramo (2002) fala do paradoxo relativo à localização das atividades do tráfico de drogas, que se nutre dos mesmos atributos valorizados pelas famílias e pelo mercado, como boa localização no contexto da cidade associado à reduzida acessibilidade viária interna, as redes de solidariedade territorializadas, coesão territorial.

### **Espaço e criminalidade na Vila Santa Rosa**

A Vila Santa Rosa é uma pequena favela de Belo Horizonte, localizada na Região da Pampulha, próxima a importantes artérias de circulação, que lhe proporcionam uma ótima macroacessibilidade. A sua área de inserção, o Bairro São Francisco, é caracterizado por uma grande heterogeneidade de uso e ocupação do solo, com presença de grandes galpões e lojas - onde estão instaladas indústrias, serviços e comércio sofisticado -, pontos de comércio e serviços locais, equipamentos de grande porte, além de residências uni e multifamiliares, havendo duas outras vilas nas proximidades. Apesar da criminalidade na vila não ser elevada, se comparada a outras vilas da região, ela caracteriza-se principalmente pelos crimes violentos, em grande parte associados ao tráfico de drogas.

A Vila, que teve sua ocupação iniciada em 1958, é hoje muito consolidada, com becos e ruas pavimentados, ainda que com trechos estreitos ou com escadarias inadequadas, edificações de alvenaria, em geral com bom padrão construtivo, atendimento por redes de água, esgoto e energia elétrica, e por coleta de lixo porta a porta, havendo pouquíssimas situações de risco geológico. Ocupando uma área de 2,75ha, nela existem 457 domicílios, onde vive uma população de 1.401 habitantes, com nível de renda e escolaridade em geral muito baixo<sup>3</sup> (URBEL, 2008).

O estudo realizado na Vila Santa Rosa pautou-se em dois aspectos considerados centrais nas abordagens relativas a espaço e criminalidade, sempre tendo em vista as possibilidades e limitações para a *vigilância natural* e para o *controle* dos espaços: as *condições de integração socioespacial* da vila em relação ao entorno, considerando as apropriações pelo movimento e pela ocupação e os padrões de co-presença nas duas áreas, e a *configuração dos espaços públicos* da vila, considerando suas condições de integração interna, suas relações com os espaços privados, os campos visuais, as apropriações dos espaços e os padrões de co-presença. Foram feitos, basicamente, três tipos de investigação: entrevistas com habitantes da vila e de seu entorno para levantamento de dados sobre vitimização, relações com o espaço e com a vizinhança, e percepção de segurança, com uso de um questionário com perguntas abertas e fechadas e também de mapas<sup>4</sup>; estudos feitos a partir de mapas para avaliação da configuração espacial do assentamento e para os estudos de integração e controle espaciais, notadamente os *mapas axiais* propostos por Hillier e Hanson (1984); levantamentos de campo para observação da configuração espacial e das apropriações dos espaços públicos e privados e das relações entre eles.

A Vila Santa Rosa apresenta, em geral, características típicas de vilas e favelas, com um tecido orgânico, denso e de aspecto fragmentado, relações imediatas entre espaços públicos e edificações - que por vezes se confundem ou sobrepõem -, ricas apropriações dos espaços públicos, que não se limitam ao movimento. As relações de vizinhança são em geral boas e próximas, havendo ainda muitas relações de parentesco entre os moradores.

Já no entorno, o tecido urbano é bem menos denso, com ruas largas, ortogonais, lotes amplos em formato geométrico, uma relação bem mais distante entre espaços públicos e edificações, grande diversificação quanto à ocupação e ao uso do solo, além de um caráter dos espaços públicos mais impessoal, com apropriação focada no movimento. As relações de vizinhança também se mostraram mais distantes.

A permeabilidade espacial entre a vila e o entorno é bem reduzida, e a vila é freqüentada basicamente pelos seus *habitantes*, sendo rara a presença de *estranhos*, que praticamente se restringem a prestadores de serviços públicos. Quanto ao movimento, a configuração espacial da vila resulta em um tecido bastante complexo e denso, pouco permeável, com campos de visão muito limitados, sendo difícil a percepção de continuidades e a visualização de elementos referenciais, e, conseqüentemente, a construção da imagem e a orientação. O movimento no interior da vila se faz quase que exclusivamente a pé; o acesso veicular é periférico e consiste apenas em duas ruas estreitas que praticamente tangenciam a vila a Nordeste e em dois trechos de ruas que adentram um pouco a vila ao Sul. Quanto à ocupação, há pouquíssimo diálogo entre as duas áreas, sendo que a maior parte dos limites entre a vila e o entorno é constituída pelos fundos das ocupações das duas áreas ou pelos muros cegos da ocupação do entorno. No caso da área situada no extremo Sudeste, apesar de parte da ocupação se voltar para o Anel Rodoviário, o grande desnível entre a vila e a rodovia acaba por isolar as duas áreas. Dessa forma, parece natural que *estranhos*, em seus deslocamentos cotidianos, evitem passar pela vila, a despeito de preconceitos quanto ao assentamento ou aos seus moradores.

Para as pessoas do entorno, o ambiente da vila é pouco permeável e desconhecido, tanto em relação ao espaço quanto em relação às pessoas, apesar de muitos dos entrevistados conhecerem pessoas da vila, sobretudo por relações de trabalho e, no caso das áreas mais próximas à vila, pela própria proximidade. Seus sentimentos e percepções são difusos: tendo notícias do tráfico de drogas e da violência, generalizam seu sentimento de insegurança e de desconfiança em relação à vila como um todo, contribuindo para estigmatizar a vila e seus moradores. Já para os *habitantes* da vila, os espaços da vila formam um contínuo com os espaços do entorno, que fazem parte de seu cotidiano e possuem identidade: eles conhecem os caminhos, os lugares, têm suas preferências e rejeições, e seu sentimento de temor é localizado.

Dessa forma, ao ser muito pouco permeável à presença de estranhos, a configuração espacial da vila limita os padrões de co-presença, empobrecendo as possibilidades de vigilância natural do espaço, que acaba por ficar a cargo apenas dos *habitantes*.

Quanto à criminalidade, as pesquisas realizadas na vila apontaram para um perfil que consiste basicamente nas atividades ligadas ao tráfico de drogas e nos homicídios, estes ligados, em sua maioria, também ao tráfico. Foram relatados ainda alguns furtos em residências. Foram relatados ainda casos de furtos de objetos e equipamentos em espaços públicos, além de assaltos a *estranhos* no interior da vila e no entorno imediato, cometidos

por pessoas da vila, além de outros crimes ligados ao tráfico, como invasões de casas, agressões físicas e ameaças; nesses casos, porém, os crimes não foram mapeados devido à imprecisão da indicação dos locais de ocorrência. Já no entorno, o perfil de criminalidade mostrou-se bem diferente, consistindo em crimes como assaltos, furtos a residências e empresas, além de roubos de carros, tendo havido o relato de apenas um homicídio.

Os entrevistados do entorno demonstraram maior percepção de segurança que os entrevistados da vila, havendo locais e situações específicas que geram insegurança, como as áreas próximas às entradas das vilas - pelas notícias da violência, pelo fato de não conhecerem o lugar nem as pessoas, pela movimentação própria do tráfico. Na vila, apesar da maior percepção de insegurança, muitos entrevistados afirmaram sentir-se seguros ou relativamente seguros pelo fato de conhecerem as pessoas e de serem conhecidos, o que faz com que possam estabelecer regras de convivência com os rapazes do tráfico.

Considerando a localização dos crimes na vila (FIG. 1), os homicídios e o tráfico de drogas apresentaram localizações bem definidas; já os furtos a residências foram espacialmente mais dispersos, com localizações divergentes em relação ao tráfico e aos homicídios.

Os poucos *furtos* a residências relatados haviam ocorrido há mais tempo e em áreas com atributos socioespaciais variados quanto à condição de integração, à movimentação de pessoas nos espaços públicos e à relação entre espaços públicos e privados. No entanto, foram furtos de pequenos objetos, que ocorreram na ausência de outras pessoas, ou seja, foram delitos ditos “de oportunidade”, que poderiam ter sido, talvez, inibidos com a presença de *vigilantes naturais*.

Quanto aos homicídios, não foi verificada nenhuma relação com o tipo de espaço, mas apenas a correlação com a área onde o tráfico de drogas é mais intenso. Os homicídios ocorreram em áreas muito e pouco integradas, e também com diferentes condições quanto à *vigilância natural*, sendo que muitos aconteceram sob o olhar dos moradores.

Já em relação ao tráfico de drogas, observou-se uma maior relação com os atributos socioespaciais. Como mostrado na FIG. 1, as atividades se concentram em quatro áreas da vila: as *áreas 1 e 2*, localizadas nas duas extremidades do Beco Beira Alta *de cima*; a *área 3*, próxima à Praça da Alegria; e a *área 4*, na Rua Senhor dos Passos. As atividades do tráfico, no entanto, são mais intensas e ostensivas nas áreas 1 e 2, localizadas na porção Sudeste, principalmente na área 1, que fica próxima ao Campo de Areia. Nessa área, que



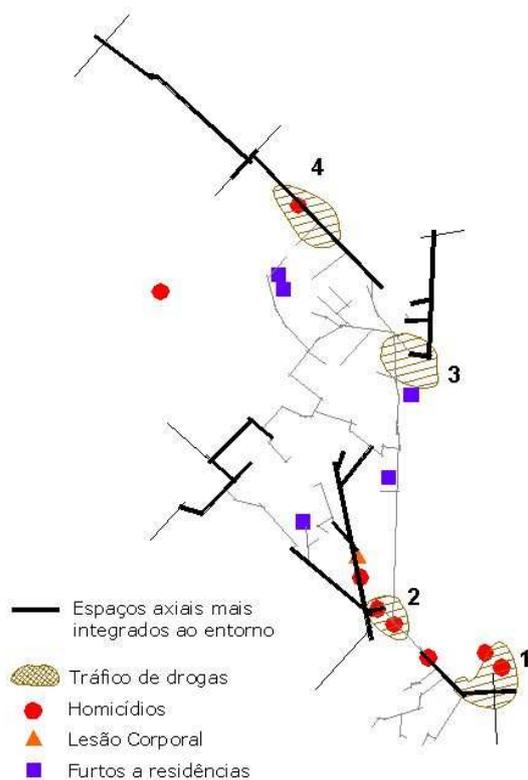


FIGURA 2 – Crimes e integração ao entorno.

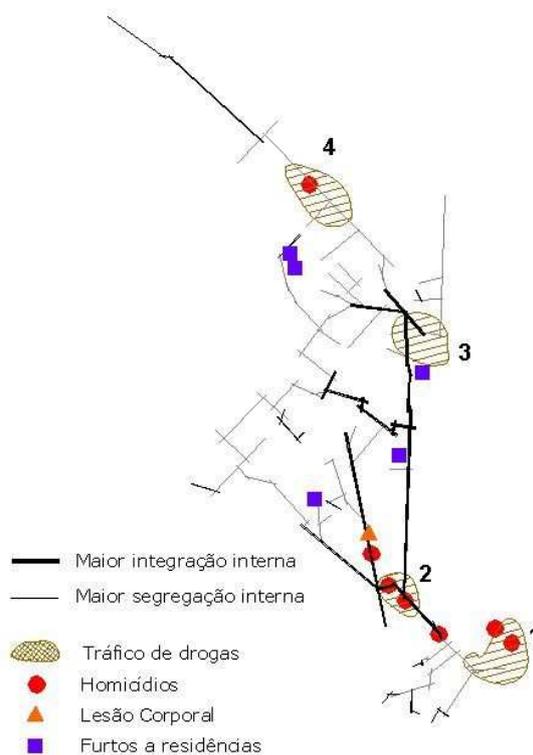


FIGURA 3 – Crimes e integração relativa interna

Nas áreas 1 e 2, situadas na porção Sudeste, observa-se uma redução do potencial para a *vigilância natural* em direção à área do Campo de Areia, que é isolada em relação à vila e em relação ao entorno; nesta área, a apropriação dos espaços públicos é menor - seja pelo movimento ou pela ocupação -, e há poucas edificações. As duas áreas são pobres quanto aos padrões de co-presença, com reduzida presença de *estranhos*, porém na área 2 os padrões são pobres mesmo se considerados apenas os *habitantes*, que em geral evitam essa área justamente pelo ambiente do tráfico e da violência. As duas áreas parecem estratégicas para o controle do espaço, pois, além de corresponderem a duas entradas da vila, permitem o controle de toda a porção Sudeste, que tem como único acesso o Beco Beira Alta *de cima*. Além disso, apresentam grande desequilíbrio dos campos visuais, que são privilegiados para o exterior, sobretudo na área do Campo de Areia, e muito limitados para o interior da vila. Quanto aos laços sociais, essa porção foi onde as relações de vizinhança se mostraram mais próximas e as de parentesco mais frequentes. Os padrões de criminalidade nas áreas 1 e 2 diferem quanto ao tráfico, havendo maior intensidade e ostensividade na área 1, porém são similares quanto aos homicídios, que se distribuem entre as duas áreas, avançando inclusive para a Rua Viana do Castelo.

Já nas áreas 3 e 4, localizadas na área limite de acesso veicular à vila, foi observado um maior potencial para a *vigilância natural*, devido não só à intensa apropriação do espaço

pelos *habitantes*, por movimento e por ocupação, mas também à heterogeneidade de freqüentadores, com maior presença de *estranhos*. O controle do espaço é mais difuso, pois, apesar de corresponderem a duas entradas importantes da vila, o acesso a essas áreas pode ser feito por outros locais; além disso, os campos visuais são mais homogêneos em relação ao interior e ao exterior da vila. Quanto aos laços sociais, as relações se mostraram menos próximas ou freqüentes que na porção Sudeste, porém não distantes. Nas duas áreas, os padrões de criminalidade são similares: apenas tráfico de drogas, sem relatos de outros crimes ou mesmo de atos violentos ligados ao tráfico; a diferença entre elas é o comportamento dos traficantes, mais explícito na *área 4*, onde se aglomeram.

## **Conclusões**

A pesquisa sobre as relações entre espaço e criminalidade nas favelas aponta para uma situação na qual a configuração socioespacial parece funcionar de maneira ambígua em relação aos diversos tipos de crime, inibindo alguns tipos – como os roubos e furtos - e favorecendo outros – como o tráfico de drogas, com forte influência da sua condição de segregação socioespacial.

Na vila pesquisada, o tipo de crime que apresentou maior correlação com atributos socioespaciais foi o tráfico de drogas, cuja localização se concentra em áreas específicas, todas relativamente bem integradas ao entorno, porém não dominadas pelo *movimento natural* da área de inserção da vila. Os homicídios, por sua vez, não apresentaram correlação com atributos socioespaciais, mas sim com a atividade do tráfico, se concentrando nas áreas onde este é mais intenso. Já os furtos foram raros e caracterizaram-se como “crimes de oportunidade”, ocorridos quando da ausência de outras pessoas, não tendo sido observadas correlações com o tipo específico de espaço.

Pensando na configuração socioespacial da vila pesquisada, típica de áreas de favelas, e comparando com outras áreas da cidade, inclusive com a área pesquisada no entorno, tem-se em geral uma situação bastante favorável quanto às possibilidades para a *vigilância natural*: estreitas relações entre espaços públicos e privados, intensa apropriação dos espaços públicos, pelo movimento e pela ocupação, além da proximidade das relações de vizinhança. No entanto, as características socioespaciais das favelas, com sua complexidade, difícil legibilidade e mesmo seu caráter de intimidade, as tornam pouco permeáveis e, assim, desfavoráveis à presença de *estranhos*, que poderiam lidar com certas situações com um maior distanciamento. Para os *habitantes* da favela, há uma continuidade entre os espaços da vila e do entorno, que são acessíveis e conhecidos, possuem

identidade e fazem parte de seu cotidiano. Já para as pessoas de fora, o espaço de seu cotidiano termina nos limites da vila; a partir daí, tem-se um espaço pouco acessível, único e generalizável - a favela, território desconhecido, marcado pela criminalidade e pela violência.

Um aspecto importante observado foi que o tráfico mais intenso e os homicídios coincidiram justamente com a área onde os laços sociais se mostraram mais fortes. Há que se considerar, no entanto, que diferentemente das situações abordadas na literatura sobre espaço e segurança, nas favelas a ameaça não vem de fora. Além disso, em um ambiente onde muitos passam por privações de diversas ordens, parece natural que haja maior flexibilidade em relação às estratégias de sobrevivência. O problema parece ocorrer a partir do momento em que atividades como o tráfico de drogas assume outra dimensão e começa a implicar em condutas pouco civilizadas e violentas, ameaçando então a coletividade. A essa altura, no entanto, a situação já saiu do controle, e a presença de moradores, todos conhecidos, não parece funcionar como fator de inibição; pelo contrário, são eles que se sentem inibidos. Após perdidos certos limites e instalada a tolerância em relação ao tráfico e às suas formas violentas de resolução de conflitos, as relações mais profundas de vizinhança e a restrição a contatos com pessoas de outros grupos no local parecem tornar mais fácil o domínio e a instalação de leis de silêncio do que em áreas onde o anonimato é maior.

Pensando nas particularidades dos espaços, as atividades do tráfico parecem se beneficiar principalmente das áreas de fronteira, espaços bem integrados, porém com lacunas do *movimento natural*, que propiciam simultaneamente uma certa discricção - fundamental para a atividade, visto que ilegal -, associada às vantagens da boa localização e relativa integração em relação ao entorno. Essas áreas de fronteira proporcionam fácil acesso para fornecedores de armas e drogas e para consumidores de drogas, além das possibilidades de antever ameaças, como a chegada da polícia ou de grupos rivais. Já o espaço segregado da favela, complexo, pouco legível e pouco permeável, favorece o estabelecimento de territorialidades, facilita a fuga, quando da chegada da polícia, e o esconderijo de armas e drogas. Esses espaços de fronteira propiciam, dessa forma, a abertura para a cidade, de onde vêm fornecedores e consumidores, e o recolhimento e esconderijo, quando da repressão ou de outros conflitos.

Em um contexto no qual a condição de segregação socioespacial abre espaço para a delinqüência dos moradores, particularmente dos jovens, e seu ingresso em uma vida de criminalidade e violência, também os aspectos peculiares do espaço parecem contribuir para o tipo de criminalidade como o tráfico de drogas e a violência dele decorrente. Pouco

legível, pouco permeável e desfavorável à movimentação natural e à presença de *estranhos*, a configuração espacial das favelas parece propiciar a emergência de territorialidades e a reversão de atributos propícios ao controle social a favor de grupos criminosos, como os ligados ao tráfico de drogas.

## Referências

ABRAMO, Pedro. Uma teoria econômica da favela: quatro notas sobre o mercado imobiliário informal em favelas e a mobilidade residencial dos pobres. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, v.16, n.2, p.103-134, ago-dez. 2002.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva: história média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

BEATO, Cláudio. O Problema dos Homicídios em Belo Horizonte. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgão para Assistência Social e Educacional, 2004. p.357-362.

\_\_\_\_\_; PEIXOTO, Betânia Totino. Há nada certo: políticas sociais e crime em espaços urbanos. In: SENTO-SÉ, João Trajano (Org.). *Prevenção da violência: o papel das cidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.163-202.

BEATO, Cláudio et al. Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte de 1995 a 1999.

CALDEIRA, Teresa. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: 34-Edusp, 2000.

CARDIA, Nancy. Violação de direitos: relações entre qualidade de vida, exposição à violência e capital social. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgão para Assistência Social e Educacional, 2004. p.325-356.

DAVIS, Mike. *Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo: Scritta Editorial, 1993.

FERNANDES, Edésio. A regularização de favelas no Brasil: o caso de Belo Horizonte. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Direito Urbanístico*. Belo Horizonte: Livraria Del Rey, 1998. p.133-167.

\_\_\_\_\_. Legalização de favelas em Belo Horizonte: um novo capítulo na história? In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Coord.). *A lei e a ilegalidade na produção do espaço urbano*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. p. 173-212.

GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada*. 1991. 323f. (Tese, Doutorado em Ciências Humanas/Sociologia) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

HEIN, Andreas; RAU, Macarena. Estudio comparado de políticas de prevención del crimen mediante el diseño ambiental CPTED. [S.l.]: Fundación Paz Ciudadana, 2003.

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. *The social logic of space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HILLIER, Bill. *Space is the machine: a configurational theory of architecture*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KAZTMAN, Ruben et al. *La ciudad fragmentada: mercado, território y marginalidad em Montevideo*. [Austin]: The University of Texas at Austin, [200-]. Disponível em: <<http://www.prc.utexas.edu/urbancenter/documents>>. Acesso em: 29 set. 2007.

MENDONÇA, Jupira Gomes de. Belo Horizonte: a metrópole segregada. In: \_\_\_\_\_; GODINHO, Maria Helena de Lacerda (Org.). *População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2003. p.119-158.

NEWMAN, Oscar. *Creating defensible space*. Washington, DC: U.S. Department of Housing and Urban Development; Office of Policy Development and Research, 1996.

ROLNIK, Raquel. Exclusão territorial e violência: o caso de São Paulo. In: FERNANDES, Edésio; VALENÇA, Márcio Moraes (Org.). *Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. p.111-129.

SOJA, Edward. The Carceral Archipelago: Governing Space in the Postmetropolis. In: *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. Oxford: Backwell, 2000. p 298-322.

COMPANHIA URBANIZADORA DE BELO HORIZONTE - URBEL. Plano Global Específico da Vila Santa Rosa. Levantamento de Dados e Diagnóstico. Belo Horizonte: URBEL, 2008.

\_\_\_\_\_. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan; Ed. UFRJ, 1994.

---

<sup>1</sup> Embora no *ranking* dos municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, considerando o período de 1998 a 2002, Belo Horizonte apareça em 90º lugar, sua taxa de homicídio, de 34,2 homicídios por 100 mil habitantes, é considerada muito alta e, o mais preocupante, o crescimento dessa taxa em relação ao período anterior, de 1993 a 1997, foi de 91,5%, o maior dentre as capitais brasileiras. (SOUZA, 2007).

<sup>2</sup> Os autores entendem que todo assentamento constrói uma interface entre as partes fechadas e abertas do sistema espacial, numa seqüência básica de três categorias de espaços que vão *do local ao global*, sendo o pólo mais local o arranjo das edificações e o pólo mais global um espaço contínuo, circundante, aberto e mais amplo, que contém o assentamento, cabendo aos espaços abertos públicos internos fazer a transição entre os dois pólos. Esses dois pólos corresponderiam a uma distinção sociológica essencial entre os dois tipos de pessoas que podem usar o sistema, sendo o pólo mais local o domínio dos *habitantes* do assentamento e o mais global o domínio dos *estranhos*.

<sup>3</sup> A renda média familiar é muito baixa, correspondendo a 1,1 salários mínimos, e a renda per capita é de 0,2 salários mínimos, havendo 12% de desempregados e 12% de subempregados. A escolaridade também é baixa: 58% dos moradores não possuem o ensino fundamental completo, percentual que sobe para 67% quando se trata dos chefes de família. (URBEL, 2008).

<sup>4</sup> Foram feitas entrevistas em 28 domicílios da vila e em 32 do entorno, com adoção de um critério de distribuição espacial, de modo a cobrir geograficamente as diversas áreas da vila e do entorno. No entorno, como o uso do solo é bastante diversificado, buscou-se também uma heterogeneidade quanto aos entrevistados através da distribuição da amostra entre áreas usos diversos.